



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11478 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**RECONHECIMENTO DO TRABALHO DOCENTE NO ERE: O QUE DIZEM OS PROFESSORES?**

Elita Betania de Andrade Martins - UNIVERSIDADE FEDERAL JUIZ DE FORA

### **RECONHECIMENTO DO TRABALHO DOCENTE NO ERE: O QUE DIZEM OS PROFESSORES?**

O texto aborda percepções de docentes sobre ideias que em sua opinião, ganhariam força a partir da experiência com o Ensino Remoto Emergencial. Esses docentes participaram de uma pesquisa quanti-qualitativa, desenvolvida pelo grupo (nome) com o objetivo de identificar as percepções dos professores que atuam na educação básica, no município de Juiz de Fora, sobre o seu trabalho durante o contexto de pandemia.

Por entendermos assim como Ball e Bowe que professores não leitores ingênuos “eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos” (apud MAINARDES, 2006, p.53) reconhecíamos a necessidade de ouvir o professor principalmente, quando consideramos que na realidade da pandemia, as atividades escolares funcionaram nos espaços virtuais e residências desses professores.

Os dados foram obtidos através da aplicação de questionário criado em formulário *Google Forms*, respondido por 110 professores e de entrevistas ao longo de 5 dias, com 7 professores que estavam lecionando de forma remota no período de maio a agosto de 2020. O prolongamento da pandemia e conseqüentemente do ERE, tornou necessária uma 2ª etapa da entrevista entre os meses de setembro e novembro de 2021.

Sobre o perfil dos participantes do estudo, a maioria era do sexo feminino (75,5%), com faixa etária predominante de 30 a 44 anos (61,8%). Mesmo devidamente habilitados para o exercício profissional (graduação), 60,9% dos professores afirmaram não ter formação

sobre educação *online* e ainda 54,5% não recebeu por parte da escola, nenhuma formação que os auxiliasse a trabalhar de forma remota. É necessário destacar que esses professores atuavam em uma ou mais redes de ensino.

Buscando conhecer quais as modificações identificadas pelos professores na educação, na escola e no seu trabalho decorrentes do ERE, a questão 6.4 “Das afirmativas a seguir, quais você acredita que ganharão força, após essa experiência das atividades online devido ao isolamento social?” apresentava 7 alternativas, para que os docentes escolhessem até 3.

Dentre as alternativas apresentadas, despertou nossa atenção o percentual de escolhas das alternativas: A sociedade de modo geral, reconhecerá os limites da educação online, reconhecendo a importância do professor no processo de ensino aprendizagem (50,9%); Haverá um reconhecimento da importância do trabalho docente (43,6%). Pareceu-nos existir uma compreensão entre os professores participantes do estudo de que com a experiência do ERE sucederia um reconhecimento dos limites da educação online e conseqüentemente, uma valorização do papel docente.

A importância das atividades presenciais nas escolas foi defendida durante a pandemia, por grupos como o chamado movimento “Escolas Abertas”, originado no município de São Paulo, mas que ganhou forças por todo o país. Em fevereiro de 2021, tal movimento organizou um ato defendendo que as aulas fossem retomadas de forma presencial no município pesquisado, no formato híbrido, facultativo e com protocolo de segurança, por entenderem ser a educação um direito constitucional é 'essencial'.

A ideia da essencialidade da educação foi proposta no projeto nº 5594/20, que tramitou na Câmara dos deputados, e pretendia incluir os professores no rol das atividades listadas na Lei 13979/2020, garantindo o desenvolvimento de suas atividades presenciais, independente das taxas de contaminação pelo vírus.

As autoras do referido projeto, justificavam a essencialidade da educação a partir de estudo da OCDE, vinculando a relação entre a interrupção das aulas e os reflexos na produtividade do país. Assim, a essencialidade das atividades escolares estava ligada a uma compreensão de educação vinculada as demandas do capital, do setor produtivo, de certa forma, responsabilizando a própria escola e seus professores, pela lacuna educacional dentre os que tiveram e os que não tiveram condições de manter suas atividades escolares durante a pandemia, mesmo que através do ERE, desconsiderando o papel do poder público de empenhar esforços para diminuir tais distâncias.

Todo este cenário nos ajuda a entender que a percepção dos professores de que após a experiência do ERE, “A sociedade de modo geral, reconhecerá os limites da educação online” era pertinente, entretanto, isso não significa que estivesse diretamente ligada a continuidade da alternativa “reconhecendo a importância do professor no processo de ensino aprendizagem”.

A inclusão da educação como uma atividade essencial expressa a compreensão de sua importância para a produtividade. Um modelo de educação pautado na lógica neoliberal, sujeito à razão econômica. Uma escola na qual “o ‘homem flexível’ e o ‘trabalhador autônomo’ são as referências do novo ideal pedagógico” (LAVAL, 2019, p.29).

Nessa concepção de educação, a escola é comparada a uma empresa e o processo de aprendizagem a um conjunto de insumos. Segundo Torres (2000, p.140) “cada insumo se valoriza em separado e é priorizado ou não em virtude de duas questões: sua incidência sobre a aprendizagem (segundo estudos empíricos que mostrariam tal incidência) e seu custo.” Em tal lógica, o professor representa apenas um desses insumos no processo produtivo e muitas vezes, pode não ter seu papel devidamente reconhecido.

Isso talvez nos ajude a entender o porquê de 17,3% dos professores escolherem a alternativa que após o ERE “Não haverá impacto em relação a importância da atividade docente”.

Os professores indicaram não esperar aplausos, como expressado pela professora Milene, em entrevista “[...] não tenho essa ideia romântica de que o professor vai virar o foco das atenções como virou os médicos, da noite pro dia né?!”, nem mesmo acreditar em um reconhecimento financeiro. Mas pareciam esperar uma valorização do trabalho docente, no sentido do reconhecimento social, que a sociedade considerasse que ser professor “não é fácil”, assim como nos contou Marcos.

O professor que se esforçou para aprender a lidar com o ERE, muitas vezes, não contava com os recursos financeiros para sua sobrevivência, quanto mais para investir em sua formação, mas se não fizesse como manteria seu emprego? Diante dessa encruzilhada, o professor foi “coisificado”, não só por pelo fato de sua remuneração financeira estar vinculada a ideia “insumos”, mas também, diante de ações como a do governo de Minas de retomar atividades presenciais das turmas do ensino médio, em outubro de 2020, para que os alunos não tivessem seu desempenho comprometido no ENEM, mesmo sem ter iniciado a vacinação no país. Era evidenciado um não reconhecimento do professor como pessoa, mas um dos insumos necessários ao processo produtivo.

Ao contrário das expectativas de reconhecimento profissional, apontado pelos participantes do estudo, os professores durante o ERE parecem ter vivenciado mais responsabilização e culpabilização por parte da sociedade, o que pode agravar ainda mais o alerta feito por Barroso (2006), ao tratar das reformas educacionais dos anos de 1990, com o professor sendo transformado em “bode expiatório de todos os males”, contribuindo para a intensificação e precarização do trabalho docente.

Palavras-Chave: Pandemia; Ensino Remoto; Trabalho docente.

Referências:

BARROSO, João. A formação dos professores e a mudança organizacional das escolas in: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.) **Formação continuada e gestão da educação**. 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2006.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAINARDES, Jeferson. Abordagem ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.27, n. 94, p. 47-69, jan/abr. 2006.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial In: TOMMASI, Livia de . WARDE, Miriam Jorge. HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3.<sup>a</sup> edição, São Paulo: Cortez, 2000, p125-193.